As diversas hipóteses da origem do folclore são parecidas em diversos países. São elas:

1) As histórias se originam na humanidade primitiva e todas as raças conservam- nas através de suas migrações;

2) Há em tempos passados um contato direto entre as diversas raças humanas, graças ao qual os contos são transmitidos de uma tribo a outra; e

3) Há uma tal semelhança entre a mentalidade de diversas raças durante a fase primitiva de seu desenvolvimento, que elas podem ter inventado ao mesmo tempo as estórias, independentes umas das outras.

Todas as hipóteses tentam explicar o aparecimento semelhante dos contos e jogos em diversos países, a da imigração, a origem das estórias na humanidade primitiva e a criação independente das mesmas por diversos povos.

Foi através da miscigenação que os tradicionais infantis ficaram conhecidos em todo o mundo.

De acordo com Kishimoto (2003, p. 39):

O jogo e a criança caminham juntos desde o momento em que se fixa a imagem da criança como um ser que brinca. Portadora de uma especificidade que se expressa pelo ato lúdico, a infância carrega consigo as brincadeiras que se perpetuam e se renovam a cada geração.

O jogo tradicional é considerado parte da cultura popular de um povo em certo período histórico. Está sempre modificando a cada geração que vai aparecendo.

O jogo tradicional infantil faz parte do folclore atribuindo características como a tradicionalidade, a transmissão oral, conservação, mudança e universalidade.

São jogos considerados antigos provenientes da transmissão cultural. Hoje as crianças cultivam brincadeiras que os povos antigos da Grécia e do Oriente brincavam tais como a amarelinha, empinar papagaio, jogar pedrinhas. Esses jogos estão na memória infantil através da transmissão provinda de geração em geração. Muitos jogos preservam sua estrutura inicial, outros modificam-se, recebendo novos conteúdos. A força de tais jogos explica-se pelo poder da expressão oral. Os jogos tradicionais desenvolvem a convivência social e perpetuam a cultura infantil.

O jogo tradicional infantil é um jogo livre, no qual a criança brinca pelo prazer de brincar. As motivações internas das crianças criam outros jogos de acordo com seu interesse.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conhecimento e as habilidades adquiridas por meio da aprendizagem baseada em jogos são retidos por mais tempo do que as informações de outros métodos de aprendizagem.

O processo de aprendizagem eficaz é aquele em que você está totalmente envolvido no que está fazendo. Para tornar o aprendizado eficaz, o aprendizado baseado em jogos requer jogos bem projetados e com tarefas de aprendizado bem implementadas.

Um jogo educacional bem projetado poderia combinar os objetivos de aprendizagem do sistema educacional com o produto final divertido de um jogo comercial e jogos personalizados. Jogos projetados especificamente com o propósito de educar crianças podem motivar a autoaprendizagem e habilidades de resolução de problemas em grande medida. Aprendizagem baseada em jogos significa simplesmente incluir o conhecimento do assunto nos jogos. Todos os tipos de jogos são processos de aprendizagem, sejam jogos casuais para diversão ou algo sério.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARNEIRO, M.A. B. Brinquedos e brincadeira: formando ludoeducadores, São Paulo, Articulação, 2003

KISHIMOTO, T. M. Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a educação, São Paulo, Cortez, 2003, 7a ed.

PROCESSO DE INCLUSÃO PARA ALUNOS COM NECESSIDADE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

RITA DE CASSIA SILVA MARTINS

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo, entender o desenvolvimento e evolução da conceituação da deficiência sob a ótica da mácula e da discriminação que configuram as páginas de nossa história, e aos serviços oferecidos à clientela dita especial (hoje chamadas de Portadores de Necessidades Educativas Especiais) pela sociedade que, em certa época, pregou integração, mas isolou e, hoje, prega inclusão, mas ainda exclui. Apresenta o desenvolvimento do processo de inclusão desde a Idade Antiga até nos dias atuais. E encerra refletindo que todos somos diferentes.

PALAVRAS – CHAVE: Deficiente intelectual; De-

senvolvimento histórico e evolução.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem a intenção de compreender a inclusão dos alunos com deficiência no ensino regular na última década, onde houve muitos avanços, porém temos muito a aprender para poder auxiliar na resolução dos problemas na sua efetivação na realidade das escolas públicas. O trabalho com portadores de necessidades especiais é coordenado com dedicação e é gratificante na profissão que abraçamos que é ensinar.

É importante quem se inicia na especialidade, se comprometer a recuperação das crianças com deficiência na sociedade, compreender a deficiência dessas crianças e auxiliar em suas dificuldades, para não desenvolver outros problemas emocionais evitando o estabelecimento de mecanismos neuróticos e desencadeados pelo próprio desajuste em relação ao meio em que ele vive.

"Os Educadores-sonhadores jamais desistem de suas sementes, mesmo que não germinem no tempo certo... Mesmo que pareçam frágeis frente às intempéries... Mesmo que não sejam viçosas e que não exalem o perfume que se espera delas. O espírito de um mestre nunca se deixa abater pelas dificuldades. Ao contrário, esses educadores entendem experiências difíceis como desafios a serem vencidos."

Gabriel Chalita

2. A INCLUSÃO: HISTÓRIA

A idéia de inclusão se fundamenta numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade (ARANHA, 2001, p.12).

Inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer a diversidade humana, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes é necessário para o desenvolvimento e respeito em sociedade.

Entretanto, como seres humanos estamos em constante evolução e sede de saber, assim a inclusão tem se modificado ao longo da história, sendo considerada de diferentes maneiras, mas sempre relacionada a valores sociais, morais, filosóficos, éticos e religiosos de cada época, onde historicamente as PNEE foram consideradas conforme as diversas concepções de homem e de sociedade nas diferentes culturas.

O preconceito é atitude totalmente reprováveis no mundo em que vivemos decorrentes das informações que obtemos o tempo todo, a sociedade não pode mais julgar uma pessoa com deficiência como um incapaz, pelo contrario, esse indivíduo tem como agregar valores, mostrando que todo ser humano tem condições de superar um obstáculo e viver em harmonia. Sob essa ótica, a proposta deste artigo é apresentar como transcorreu a evolução histórica da conceituação da deficiência, discutida desde a Idade Antiga até os dias atuais.

Segundo Amiralian (1986), na Idade Antiga acreditava-se que o "comportamento diferente" da PNEE era conseqüência de forças sobrenaturais, sugerindo a crença em uma origem demoníaca das doenças e, mais especificamente, da deficiência mental o comportamento diferente era visto como consequência de forças sobrenaturais, onde as pessoas portadoras de deficiências eram pouco consideradas pela sociedade, os bebês deficientes eram abandonados para morrer de inanição ou para serem devorados por animais selvagens. Também nessa época, em função da valorização do aspecto físico, especialmente da força e da beleza, qualquer tipo de mutilação era inaceitável para os gregos, as diferenças não eram toleradas.

Na Idade Média, considerada a idade das trevas para a ciência, aumentou a crença no sobrenatural, o homem passou a ter poderes invisíveis, tanto para o bem quanto para o mal; os portadores de deficiência eram considerados como resultado da união entre a mulher e o demônio e a prática da magia eram dogmas aceitos, segundo AMIRALIAN (1986), a sociedade agia distintamente com as PNEE, conforme o tipo de excepcionalidade apresentada: os cegos eram considerados videntes, profetas, adivinhos enquanto os psicóticos e epiléticos eram considerados possuídos pelo demônio.

No final da Idade Média, foram criadas instituições para as pessoas desprotegidas e infelizes, assim surge um atendimento com caráter assistencial, Porém pouca consideração era demonstrada para com os indivíduos, que de algum modo se diferenciavam dos padrões comuns de comportamento (AMIRALIAN, 1986).

No Renascimento, tempo de grandes descobertas no campo da medicina, biologia e da saúde, passou-se a estudar o deficiente de modo a procurar respostas para o seu problema (LUBRECHET, 2001:64), evidenciando a busca de soluções científicas para os problemas do homem.

Até o início do século XIX, a deficiência estava associada à incapacidade e dependência, e não havia preocupação com a mudança dessa situação. O abandono e a eliminação das PNEE eram comuns e não tinham preceitos morais e éticos que regiam as relações sociais das diferentes épocas. Somente no final do século XIX e no início do século XX é que se criaram instituições para os deficientes mentais moderados e profundos, com a finalidade de servir de asilo para que eles "incomodassem" o menos possível.

Com a evolução da educação, da psicologia e da sociologia, procura-se compreender as necessidades do ser humano e analisar o comportamento das pessoas, assim a questão da deficiência foi saindo do âmbito da saúde, para o âmbito da educação.
Na primeira metade do século XX, o conceito de deficiência é ligado a uma concepção inatista, e de estabilidade ao longo do tempo, com a origem das deficiências associada às causas orgânicas e o quadro de deficiência dificilmente modificado (COLL, 1995).
Neste início de século, com a economia mudando do modelo agrícola para o modelo industrial, as escolas eram orientadas para a criação de uma força de trabalho alfabetizada, e os alunos considerados excepcionais eram problema para o funcionamento das escolas. Conforme a impossibilidade de acesso às escolas comuns é criada as escolas especiais.
O preconceito é um fenômeno antigo, porem seu objeto e seu conceito tem mudado historicamente, torna-se muito difícil defini-lo. Conforme Jahoda e Ackerman (1969) apud CROCHIK (1997, p.29) o... preconceito é considerado por (...) como um pré-julgamento que predispõe o indivíduo a ter atitudes frente ao objeto em questão, e este pré-julgamento, por sua vez, é determinado pela relação atitudes frente ao objeto em questão, e este pré-julgamento, por sua vez, é determinado pela relação entre o indivíduo e aquilo que a cultura lhe oferece para se expressar e ser expressada por ele. Mais adiante, os mesmos autores colocam que o preconceito... representa uma subcategoria do pré-conceito, apóia-se no pensar estereotipado, sem confundir-se com um ou com outro. Do ponto de vista psicológico, o preconceito é (...) uma atitude de hostilidade nas relações interpessoais, dirigida contra um grupo inteiro ou contra os indivíduos pertencentes a ele, e que preenche uma função irracional definida dentro da personalidade. Em cada época, a PNEE, como foi relatada anteriormente, foi vítima de um tipo de preconceito, conforme os valores e os costumes do próprio período.
Por volta dos anos 40 e 50, ainda sobre os dados quantitativos dos testes de inteligência, há um questionamento quanto á origem constitucional e incurabilidade do distúrbio. Havia a concepção de que a deficiência podia ser motivada pela ausência da estimulação adequada ou por processos de aprendizagem incorretos.
Nas décadas de 60 e 70 há uma mudança no conceito de deficiência, não sendo mais vista como o fenômeno autônomo do aluno, porém influenciada por fatores ambientais, que ao invés de favorecer a aprendizagem do aluno com características deficitárias, dá-se maior importância aos processos de aprendizagem e às dificuldades encontradas pelos alunos (Coll, 1.995:50).
No período entre os anos 70 e 90, o movimento da integração de alunos deficientes em classes comuns. Mas é a partir da década de 80, com a luta pelos direitos das pessoas, denominada portadora de deficiência, que a prática de integração teve maior impacto.
Em movimento favorável à integração educacional de alunos com algum tipo de deficiência na escola regular são considerados vários motivos e argumentos. A integração é vista como um processo mutante e dinâmico e tem como objetivo que todos os alunos fiquem juntos na mesma escola, em contato com colegas da mesma faixa etária, onde pela visão educacional favorece o aluno com necessidades educacionais especiais para um melhor desenvolvimento e uma socialização mais completa e para os demais alunos um contato com metodologias mais individualizadas e atitudes de respeito e solidariedade. Para o sistema educacional como um todo, acredita-se que a integração amplia a competência profissional dos docentes, favorecendo lhes o acesso a projetos educacionais mais complexos e uma maior provisão de recursos educacionais.
Surgem os questionamentos, quanto à contribuição da integração para a mudança social efetiva, em termos de atitudes, espaço físico e de práticas sociais. A preocupação é de preparar a criança para estar na escola, ajudando-a a adquirir as habilidades que ela precisa. Não há pressuposição de mudança na escola. Prepara- se a criança para estar na escola, como ela é (MARTINO, 1999:48).
Em 1990, com a participação do Brasil na Conferência Mundial sobre Educação para Todos na Tailândia e em 1994 com a Declaração de Salamanca são lançadas às sementes para Educação Inclusiva. Nesse movimento, a terminologia corrente passa a ser Necessidades Educacionais Especiais.
A inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade e o ensino inclusivo é a pratica da inclusão de todos independentes de seu talento ou necessidade especial. A escola inclusiva se propõe a realizar mudanças de natureza física, estrutural e ideológica, para que as diferenças de seus alunos possam ser atendidas, mantendo o seu papel na formação educacional, cultural e social, de acordo com o princípio de que todas as crianças podem aprender e fazer parte da vida escolar e comunitária (Meler,1997:67).
Com a inclusão, abandona-se o modelo médico em que a criança é quem tem o problema. A criança pode ter problemas sim, mas há problemas também no meio ambiente, nas atitudes do público, na subestimação de suas capacidades, e sua aceitação pela comunidade, na legislação, etc. (Mittler,1.999:75).
Assim, afasta-se do modelo deficitário, da insuficiência, que considera que os problemas existem somente na criança, que ela é quem precisa estar